

20 JUL 1987

Águas Turvas ANL-PIB

JORNAL DO BRASIL

Originária da administração colonial, a falta de ética na vida pública brasileira tem raízes históricas. Mordomias, facilidades, privilégios, jeitinhos, marajás etc., fazem parte da cultura da impunidade que remete o nosso padrão moral a um dos mais baixos graus entre as sociedades desenvolvidas.

É sob o manto da impunidade que os marajás prosperam no país. No Maranhão, um dos estados mais pobres — e, como outros, em situação de insolvência — os deputados estaduais aprovaram o quinto aumento consecutivo este ano, e agora recebem mensalmente 178 mil 911 cruzados. Para eles o Imposto de Renda incide apenas sobre CZ\$ 7.292,00.

“Tem muitos marajás no país e só a Constituição pode acabar com eles”, disse recentemente o ministro Bresser Pereira. São marajás municipais, estaduais e federais, uniformizados ou à paisana, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, homens e mulheres, moços e idosos. Mas, uma coisa é certa: a Constituição não acaba com eles.

Os abusos dos deputados estaduais têm raiz nos abusos do Congresso, assim como os abusos dos vereadores procuram a equidade que se estende entre os poderes como ramificações intermináveis. A Constituição em vigor, a de 1967, proíbe deputados estaduais de ganhar mais de dois terços dos subsídios dos deputados federais.

Em 1981 esse dispositivo foi reforçado pela emenda constitucional n. 1/69 que acrescentou ao limite anterior: “... bem como de remunerar mais de oito sessões extraordinárias mensais”. Outra emenda constitucional, a de n. 21, também de 1981, reafirmá a proibição da remuneração dos deputados estaduais além de dois terços, “excetuadas as sessões extraordinárias”.

Tanto papel e tanta emenda para nada. Bastou um casuismo — o que exclui as sessões extraordinárias da limitação — para fazer jorrar nas assembleias a maré dos marajás. Que logo passou a banhar outras margens da impunidade: funcionários de todos os poderes, policiais civis e militares, passageiros dos *trens da alegria* etc.

Não é por falta de leis — dentre elas, a maior — que os deputados e outros marajás se beneficiam dos abusos. Também não é por falta de discurso, pois quem está no governo é o mesmo PMDB que nos vinte anos de autoritarismo reclamava o poder para moralizar a administração e fazer as mudanças ansiadas pela nação.

Hoje quem mais zela pelo corporativismo da política brasileira é a antiga oposição que se apresentava como moralizadora dos costumes. É uma contrafação e uma perplexidade, mas é uma realidade que comprova a decadência ética da nossa vida pública revitalizada sistematicamente pela impunidade.